



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150430 - RJ (2021/0220642-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : AUGUSTO TORRES ALVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por AUGUSTO TORRES ALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem que visava à revogação da prisão preventiva foi denegado. Contra tal acórdão foi interposto o presente recurso ordinário.

Sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decidiu pela prisão cautelar. Ainda, aduz que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva do recorrente.

Requer, em pedido liminar, possa o recorrente aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente